

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILMO. SR. LÚCIO ROBERTO DE OLIVEIRA, PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - TRE-BA

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00052/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0056883-83.2017.6.05.8000

PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.814.441/0001-40, sediada à Rua Cristina, nº 170, bairro Anchieta, Belo Horizonte/MG, CEP 30.310-692, vem, respeitosamente, perante V.Sª, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02 e item 12.5 do edital convocatório, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

manejado por AZIZ INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.301.055/0001-80, o que faz mediante os fatos e fundamentos a seguir expendidos:

I - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, atesta-se a tempestividade destas contrarrazões, haja vista ter a Recorrente AZIZ INFORMÁTICA LTDA. apresentado o seu recurso em 30/09/2020, iniciando-se, em 1º/10/2020, o prazo de 03 (três) dias ofertado para a apresentação desta oposição, o qual restou fixado em 05 de outubro de 2020. Logo, protocolada nesta data, é patente a tempestividade da presente manifestação.

II – BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de processo licitatório conduzido por este egrégio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, identificado sob o nº 00052/2020. O objeto pretendido é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão e alarme IP), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia, conforme especificações contidas no Termo de Referência do edital.

A Recorrida, ora Peticionária, participou regularmente do certame, apresentando os documentos de habilitação e proposta comercial, submetidos à análise do ilustre Pregoeiro responsável, o qual atestou o integral cumprimento à todas as exigências fixadas no edital, declarando a PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., ao final da fase competitiva de lances, como a vencedora do certame, nos termos do art. 4º, inciso XV, da Lei 10.520/2002.

Todavia, a licitante AZIZ INFORMÁTICA LTDA. manifestou interesse em recorrer do resultado final, arguindo, em síntese, que a) a licitante vencedora não teria comprovado a sua qualificação técnica para a execução do contrato, em vista da suposta não apresentação de Atestados de Capacidade Técnica pertinentes ao objeto; b) a proposta vencedora conteria vício insanável em sua formulação, ante a suposta ausência de discriminação do objeto.

Consoante adiante se verá, as alegações da Recorrente não passam de mero inconformismo vazio e destituído de amparo fático ou probatório, intentando a citada proponente, em verdade, unicamente tumultuar o certame, em razão do resultado verificado. Assim, a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. vem deduzir suas contrarrazões, nos termos da Lei, requerendo, desde já, seja negado provimento ao recurso intentado, porquanto manifestamente improcedente.

III – DA ALEGAÇÃO DE NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EDITAL – IMPROCEDÊNCIA – DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA EMPRESA VENCEDORA – COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA EXECUÇÃO DE OBJETO EQUIVALENTE AO PRETENDIDO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO

Ilustre Pregoeira,

Em suas confusas e desconexas razões recursais, sustenta a Recorrente que a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., ora Recorrida, não teria apresentado Atestados de Capacidade Técnica que comprovassem a sua aptidão para o desempenho do objeto contratado, no que respeita à experiência pretérita na execução de serviços semelhantes, em características, quantidades e prazos compatíveis com este Pregão.

Para tanto, insinua que os Atestados apresentados por esta Recorrida não conteriam os serviços de “videomonitoramento 24horas”, já que, em sua distorcida ótica, haveria diferença entre tais serviços e o “monitoramento por circuito fechado de televisão (CFTV)”. Argumenta que os Atestados da Recorrida, colacionados à sua documentação de habilitação, comprovariam somente essa segunda “modalidade de serviços”, e não o que seria efetivamente exigido neste edital nº 52/2020.

Ora, completamente absurdas e despropositadas as alegações da Recorrente!!

Inexiste qualquer diferenciação entre “serviços de monitoramento por CFTV” e “videomonitoramento 24 horas”, tratando-se ambas expressões designativas do mesmíssimo tipo de serviços, isto é, o sistema de vigilância eletrônica 24 horas por meio de câmeras interligadas a uma central de monitoramento, com captação de imagens ininterruptamente, em tempo real, exatamente a prestação que a empresa Premier Segurança Eletrônica Ltda., ora Recorrida, oferece, detém notória especialização e consolidada experiência ao longo dos anos, consoante fazem prova inequívoca os Atestados de Capacidade Técnica por ela colacionados junto à documentação de habilitação.

O próprio edital do certame sepulta qualquer dúvida a esse respeito, na descrição do objeto licitado (item 1.1):

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão e alarme IP), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência. (grifamos e destacamos)

Como se pode notar, o “videomonitoramento 24 horas” é exatamente o serviço de monitoramento diuturno por circuito fechado de televisão (CFTV) e sistema de alarme IP, conectado a uma central de monitoramento. Mais adiante, o Termo de Referência (Anexo I) do edital, especificou os serviços no item “2. Justificativa”, e também no item 4.4, confirmando-se o que se expõe, vejamos:

2. JUSTIFICATIVA

As instalações da Justiça Eleitoral, em decorrência de sua extensão e do grande fluxo de pessoas, necessitam de vigilância eletrônica, compreendendo os serviços de monitoramento digital, utilizando-se sensores e câmeras de vídeo com software de gestão integrados, com o intuito de detectar invasores e monitorar visualmente as áreas internas, externas, acessos principais e circulação em geral nas instalações das Unidades deste Tribunal Regional Eleitoral, primando por prover segurança aos magistrados, servidores... (...)

4.4. O sistema de alarmes deverá detectar, via sensores de presença humana, movimentações nos espaços a serem monitorados, emitindo sinais no local (sirene) e remotamente na base de operações e controle da Contratada (via telefone ou outro meio adequado). Os equipamentos deverão ser diretamente ligados a uma central de monitoramento 24 horas na empresa, por meio de linha telefônica dedicada ou outro meio de transporte online de informações (sob a responsabilidade da Contratada), permitindo o registro de ocorrências em tempo real.

Por óbvio, o monitoramento por CFTV é sinônimo do videomonitoramento 24 horas. O controle fechado por televisão é o sistema de captação ininterrupta de imagens por câmeras instaladas, que transmitem as imagens em tempo real a uma Central de Monitoramento, para serem gerenciadas por técnicos, capazes de identificar eventos intrusivos, controle de acessos, dentre outros, exatamente os serviços ofertados por esta empresa Recorrida, e sobre os quais detém a Peticionária incontestável experiência pretérita e expertise, não havendo dúvidas quanto ao cumprimento da exigência de qualificação técnica firmada no edital.

Consoante define o item 11.1.7 do instrumento convocatório, para a comprovação da capacitação técnica da proponente, se faz necessária a apresentação de um ou mais atestados de capacidade expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que confirmem a experiência da empresa e a execução, com êxito, de serviços de monitoramento por vídeo, 24 horas, em pelo menos 2 municípios simultaneamente:

11.1.7. Qualificação técnica: a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove(m) que já executou com êxito serviços de vigilância eletrônica com videomonitoramento 24 horas em pelo menos 2 (dois) municípios distintos simultaneamente.

Ora, a Recorrida comprovou o cumprimento deste requisito de forma cabal e inconteste, conforme cuidou de verificar, corretamente, o ilustre Pregoeiro. Os Atestados de Capacidade Técnica apresentados por esta empresa assim descrevem os respectivos objetos anteriormente executados com êxito pela Recorrida:

1 - ATESTADO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

“...declara e atesta para os devidos fins, que a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. (...) mantém contrato (Contrato 020/2014) com este Tribunal de Justiça – TJPA, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância eletrônica 24 horas por dia, 7 dias por semana, com monitoramento remoto por alarme sensoriado, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, operação e manutenção para os prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Os serviços objeto do contrato são prestados no âmbito das Unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, instaladas em Belém e nas Regiões: Metropolitana, Oeste, Sudoeste, Nordeste, Sul e Marajó, perfazendo um total de 146 Comarcas.

Os serviços de vigilância eletrônica prestados nos espaços supramencionados são compostos da seguinte forma:

- Fornecimento e instalação de equipamentos de alarme;
- Execução de toda infraestrutura necessária para funcionamento dos sistemas;
- Monitoramento 24 (vinte e quatro horas) do sistema de alarme;
- Prestação de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos;
- Inspeção técnica por monitor externo das áreas que integram o escopo da contratação. (...)

Declaramos, por fim, que estamos satisfeitos com os serviços prestados pela PREMIER SEGURANÇA, não havendo nada que desabone a conduta da empresa no que tange às obrigações assumidas, podendo a mesma fazer uso da presente declaração para o que julgar necessário.

2 - ATESTADO – SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prestação de serviços de locação de sistemas de alarme, com instalação e manutenção dos equipamentos e, ainda, monitoramento remoto dos sistemas e inspeção técnica por monitor externo das áreas que integram o escopo da contratação; (...)

Prestação de serviços de locação de sistemas de circuito fechado de televisão, com instalação e manutenção dos equipamentos e softwares necessários e suficientes para o funcionamento dos sistemas, além de monitoramento remoto de imagens.

Tais serviços são prestados no âmbito das dependências do Posto Fiscal de São José dos Campos (Rua Geraldo Vieira, nº 88, Jardim Aquarius, São José dos Campos – SP), além do prédio sede da Divisão Regional de Administração de Taubaté, situado na Travessa Rochi Antônio Bonafé, nº 50, Jardim Sandra Maria, Taubaté – SP. (...)

- 1 central de alarme de até 24 zonas;
- 1 central de alarme de até 48 zonas; (...)
- 1 software de gerenciamento de visitantes; (...)
- 2 software de gerenciamento de imagens;
- 1 estação de visualização de CTFV;
- 64 câmeras fixas IR Color IP Bullet Interna/Externa lente varifocal; (...)

Declaramos, por fim, que estamos satisfeitos com os serviços prestados pela PREMIER SEGURANÇA, não havendo nada que desabone a conduta da empresa em relação às obrigações assumidas, podendo a mesma fazer uso da presente declaração para o que julgar necessário.

3 - ATESTADO – SESI/SP

"...cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de equipamento de sistema de CFTV e de Alarme patrimonial disponibilizados em regime de comodato, com monitoramento remoto das imagens e do alarme e, ainda, monitoramento eletrônico para as Unidades do SESI-SP, constantes do Lote 3, relacionados abaixo:

- CAT Ministro Roberto Della Manna – Rua Eduardo Figueiredo, 300 – Jardim Novo II – Mogi Guaçu/SP – CEP: 13.848-090
- CAT Laerte Michielin – Av. Melvin Jones, 2.600 – Heitor Vilas Lobos – Araras/SP – CEP: 13.607-451
- CAT José Felício Castellano – Av. M-29 – Jd. Floridiana – Rio Claro/SP – CEP: 13.505-190
- CAT Ernesto Pereira Lopes Filho – Rua Cel. José Augusto de Oliveira Salles, 1.325 – Vila Izabel – São Carlos/SP – CEP: 13.570-900

Os serviços dos sistemas eletrônicos de segurança – Alarme e CFTV – prestados nos espaços supramencionados são compostos da seguinte forma:

- Fornecimento e instalação de equipamentos de alarme;
- Execução de toda infraestrutura necessária para funcionamento dos sistemas;
- Monitoramento 24 (vinte e quatro horas) do sistema de Alarme e CFTV;
- Prestação de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos;

Ora, conforme se pode notar, todos os Atestados apresentados pela Recorrida confirmam a experiência pretérita desta empresa na execução de serviços de monitoramento 24 horas dos sistemas de alarme e CFTV, sendo estes exatamente os serviços de videomonitoramento 24 horas previstos neste Pregão Eletrônico 00052/2020, não havendo dúvidas de que a empresa declarada vencedora possui experiência e qualificação técnica no desempenho de tais atividades.

Os citados Atestados confirmam, ainda, que os serviços de videomonitoramento 24 horas prestados por esta Recorrida foram executados com êxito e, ainda, em mais de 2 (dois) municípios distintos simultaneamente, cumprindo integralmente os requisitos firmados no aludido item 11.1.7. Atestado TJPA: de 10/03/2014 a 10/03/2019; Atestado SEFAZ-SP (Taubaté): de 01/10/2014 a 30/09/2019; Atestado SESI-SP: de 12/11/2015 a 11/11/2019.

O que resta são somente manobras rasteiras e desesperadas da Recorrente AZIZ INFORMÁTICA LTDA., ao deduzir alegações absurdas com o único propósito de tumultuar o certame, tendo em vista o resultado que lhe foi desfavorável.

Com efeito, as afirmações contidas na peça recursal da citada proponente Recorrente são falsas e buscam infirmar a óbvia realidade dos fatos: as expressões "videomonitoramento 24 horas" e "monitoramento 24 horas do sistema de CFTV" são sinônimas e designam os mesmíssimos serviços que se albergam no escopo vigilância eletrônica pretendida, a partir da detecção e controle imediatos, em tempo real, das imagens, gestão e monitoramento a partir de uma Central mantida pela Contratada.

Enfim, conforme fazem prova os Atestados apresentados, não remanesçam quaisquer questionamentos quanto à experiência pretérita desta Recorrida na prestação de serviços em características, quantidades e prazos semelhantes aos que constituem o objeto desta licitação, conduzida por este egrégio TRE-BA, bastando averiguar-se a descrição de cada qual, suficientes a clarificar a completa impropriedade e improcedência do recurso interposto pela empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA:

PREGÃO ELETRÔNICO 00052/2020 – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigilância eletrônica, incluindo o fornecimento e instalação dos equipamentos durante o prazo de vigência contratual, sem ônus adicionais para a Contratante e serviço de videomonitoramento 24 horas por dia (circuito fechado de televisão IP e alarme), nas dependências dos Fóruns Eleitorais localizados no interior do Estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

PREGÃO ELETRÔNICO 002/TJPA/2014 E CONTRATO 040/2014 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Objeto é a prestação de serviços de vigilância eletrônica 24 horas por dia, 7 dias por semana, com monitoramento remoto por alarme sensoriado, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, instalação, operação e manutenção para os prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Os serviços objeto do contrato são prestados no âmbito das Unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, instaladas em Belém e nas Regiões: Metropolitana, Oeste, Sudoeste, Nordeste, Sul e Marajó, perfazendo um total de 146 Comarcas.

Enfim, não há qualquer sombra de dúvida quanto à comprovação da qualificação técnica desta empresa, a partir dos Atestados de Capacidade Técnica emitidos, a confirmar a execução pretérita de serviços compatíveis com o objeto deste Pregão 52/2020, abarcando todo o escopo pretendido nesta contratação (sobretudo o videomonitoramento 24 horas).

Os citados documentos confirmam que a empresa declarada vencedora não só prestou serviços semelhantes àqueles que constituem objeto de contratação, mas fez muito mais do que isso, pois detém inegável experiência e conhecimento técnico na prestação de SERVIÇOS IDÊNTICOS àqueles alvitados neste certame.

Ademais, cabe ainda ressaltar que o objeto executado por esta empresa junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), por intermédio do Contrato 040/2014, é inclusive, mais complexo que o tratado neste Pregão Eletrônico nº 00052/2020, tendo em vista que contemplava o atendimento a 146 (cento e quarenta e seis) Comarcas no Estado do Pará, consoante descritivos apresentados, o que somente corrobora a indubitosa aptidão técnica desta empresa.

Ou seja, é absurda a alegação de que os Atestados fornecidos e apresentados não seriam válidos a confirmar a qualificação técnica da empresa vencedora: ao revés, referidos documentos ratificam exatamente o contrário, isto é, que se trata de proponente indubitavelmente qualificada à execução eficiente e adequada do objeto pretendido.

O fato de contemplar inúmeras Comarcas no Estado do Pará (146 unidades), em quantitativo inclusive superior ao versado neste Pregão 00052/2020, e que o contrato firmado perante o TJPA foi integralmente executado de forma esmerada e obsequiosa ao interesse público, somente escancara a inegável capacitação técnica desta empresa, certamente qualificada para a execução do futuro contrato pretendido por este egrégio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA).

Diante de todo esse contexto, não há que se falar, igualmente, que a mesma teria sido favorecida neste certame: a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA foi declarada vencedora não só porque efetivamente apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, mas sobretudo porque logrou demonstrar a sua aptidão técnica e experiência consolidada na prestação anterior de serviços semelhantes àqueles ora licitados. No mais, restam somente alegações despropositadas e desesperadas da Recorrente, destituídas de qualquer amparo fático ou probatório.

Portanto, rechaçados os frágeis argumentos da Recorrente, requer-se seja negado provimento ao recurso interposto.

IV – DA ALEGAÇÃO DE NÃO ATENDIMENTO DA PROPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – IMPROCEDÊNCIA – DA PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA PELA RECORRIDA – DA DISCRIMINAÇÃO REGULAR DO OBJETO - DO CUMPRIMENTO INTEGRAL AOS REQUISITOS DOS ITENS 4.1, 4.2.1 E ANEXO I DO EDITAL

Ilustre Pregoeira,

Prosseguindo com seus argumentos caóticos e de difícil compreensão, sustenta a Recorrente que a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., ora Recorrida, teria apresentado a sua proposta em desconformidade às exigências estipuladas no item 4.2.1 do edital, pois a mesma conteria defeito insanável, no que respeita a uma suposta ausência de discriminação do objeto.

Novamente, não há qualquer razão que a ampare, sendo certo que se tratam de alegações completamente improcedentes!

Não se sabe, outrossim, qual efetivamente é o suposto “defeito insanável” alegado pela Recorrente em seu confuso e despropositado recurso, pois a empresa PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA, ao formular e apresentar a sua proposta comercial, seguiu à risca as exigências estipuladas no item 4.2.1, contido na Seção IV – Da Apresentação da proposta eletrônica de preços e dos documentos de habilitação:

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Tal preceptivo deve ser lido em conjunto com a determinação esposada no item 4.1 da mesma Seção IV:

4.1. A licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Note-se que deveria a empresa encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado, observadas as

especificações descritas no Anexo I do edital. Pois bem, verificando-se o citado Anexo I – Termo de Referência, tem-se que a especificação do objeto está disposta nos itens 1 – Do Objeto e 3 – Local da Prestação dos Serviços e Quantitativo de Equipamentos, onde se discriminam o escopo dos serviços a serem prestados, locais de atendimento ao TRE-BA e quantitativos de equipamentos previstos para instalação, exatamente os critérios que devem orientar os valores a serem lançados na proposta comercial a ser apresentada.

Estas são as especificações do objeto que deveriam ser atendidas na discriminação e formulação da proposta, e quanto ao cumprimento desta exigência, para fins de quantificação correta e composição adequada dos preços lançados na oferta, logo, não há qualquer dúvida de que a Recorrida atendeu integralmente ao previsto em edital.

Basta compulsar-se o documento contendo a proposta comercial, encaminhada a esse ilustre Pregoeiro, para se atestar tal fato, sendo certo que a Recorrida elaborou sua oferta em estrito cumprimento às especificações do objeto, indicando preços compatíveis como a complexidade e extensão dos serviços almejados e cumprindo todos os demais requisitos necessários.

A Recorrente, AZIZ INFORMÁTICA LTDA., maliciosamente, indica que não teria sido apresentada, na proposta comercial, o descritivo dos requisitos técnicos mínimos das câmeras elencados no item 5 do Anexo I, e que, por tal motivo, seria o documento apresentado por esta Recorrida “inválido”, por conter, em sua distorcida visão, “vício insanável”.

Ora, em nenhum momento o edital convocatório determina que dita discriminação dos requisitos técnicos mínimos das câmeras a serem instaladas, em particular, deveria constar expressamente da proposta comercial! As especificações que devem ser contempladas na proposta são as especificações do OBJETO LICITADO COMO UM TODO (locais, quantitativos da prestação dos serviços), exatamente como disposto no citado item 3 do Anexo I – Termo de Referência, já que são esses os parâmetros que orientam a composição dos preços ofertados.

Repita-se, jamais se exigiu a inclusão das especificações técnicas mínimas das câmeras e de quaisquer dos equipamentos a serem instalados como parte integrante e obrigatória da proposta comercial, o que se exigiu foi a DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES, como um todo, na proposta, de acordo com os quantitativos de equipamentos e locais de instalação e prestação de serviços delimitados no citado item 3 do Anexo I, requisito integralmente cumprido por esta Recorrida, conforme visto. Nesse sentido, de forma inequívoca, o item 10.1 do edital:

10.1. Encerrada etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

Note-se que o exame de adequação, neste momento, diz respeito à conformidade da proposta comercial à especificação do objeto licitado, em relação às características, extensão, quantitativos e complexidade dos serviços contemplados, não em relação a cada um dos requisitos técnicos dos equipamentos a serem instalados, exigência que será observada quando do momento da instalação dos materiais, na forma do item 4.10.1 do Termo de Referência do edital (Anexo I).

Tanto é assim que, demonstrando o cumprimento integral de todas as exigências fixadas, a par de formular proposta adequada à extensão do objeto, cuidou a Recorrida de consignar, expressamente, em sua proposta, que todos os itens e equipamentos da proposta atendem às especificações técnicas contidas no edital e seus anexos:

“Declaramos expressamente que, para todos os fins e efeitos legais, todos os itens e equipamentos da proposta atendem às especificações contidas no edital e seus anexos”.

Portanto, não há dúvidas de que a proposta apresentada pela empresa PREMIER SEGURANÇA LTDA. atende integralmente ao que determina o edital convocatório, não passando as alegações da Recorrente de uma rasteira e vil tentativa de tumultuar o certame, haja vista ter-se posicionado a referida empresa apenas na 3ª (terceira) colocação ao encerramento da fase de lances. Não passam as alegações da Recorrente de um completo devaneio, destituídas de fundamento ou concatenação lógica.

Aliás, se as despropositadas alegações da Recorrente tivessem algum nexos, o que está longe de acontecer, a própria proposta da citada empresa, AZIZ INFORMÁTICA LTDA., deveria ser desclassificada, já que a sua apresentação também adotou como parâmetro exatamente as especificações contidas no item 3 do Anexo I, sendo, do ponto de vista formal, idêntica à proposta encaminhada por esta Recorrida. Apenas acresceu a citada empresa a cópia ipsius litteris dos requisitos técnicos mínimos das câmeras transcrito no item 5, o que, por óbvio, jamais foi exigido no edital.

Ora, se realmente se afigurasse necessário descrever, na proposta comercial, os requisitos técnicos de cada um dos equipamentos ofertados, a serem instalados, por razões óbvias, a discriminação da proposta deveria conter os requisitos dos equipamentos efetivamente ofertados pela proponente, e não a mera transcrição e cópia literal dos requisitos mínimos já apontados em edital!!

As alegações da Recorrente são absurdas e não fazem qualquer sentido lógico!! Qual a necessidade de se repetir, na proposta comercial, os requisitos técnicos mínimos já firmados no edital? Para fins de aferição técnica dos equipamentos, na forma do item 4.10.1 do Anexo I, seria necessário descrever as características técnicas de todos os equipamentos que são ofertados e que se pretende instalar, não a mera repetição das exigências mínimas já dispostas no edital!!

Em suma, a Recorrente se distancia dos termos cogentes do instrumento e, maliciosamente, cria e se aferra a uma pretensa exigência formal que nunca, repita-se, nunca foi estabelecida no instrumento editalício! Até

porque, repita-se, o critério a aferir-se é a conformidade da proposta comercial às especificações do objeto, como um todo, vale dizer, se todos os valores declinados por esta Recorrida, em sua proposta, encontram-se conformes às características, prazos e especificidades do objeto, em relação aos serviços de monitoramento e instalação dos equipamentos.

Enfim, as alegações da Recorrente não encontram supedâneo no edital, configurando dito argumento falacioso tão só uma desesperada e vã tentativa de infirmar a proposta comercial declarada vencedora.

Sabido que, em um certame licitatório, impera o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, devendo os participantes atenderem estritamente aos termos estabelecidos no edital, ex vi do art. 3º da Lei Geral de Licitações (8.666/93). Tomando-se como norte dito princípio fundamental, fica evidente que não há nada que possa afastar a higidez da proposta declarada vencedora, de cujos termos se extrai a perfeita adequação e conformidade da oferta apresentada por esta Recorrida, na exata forma como preconiza o item 4.1 e seguintes do edital convocatório.

Tanto é assim que, recebendo e analisando os termos da proposta comercial da empresa PREMIER SEGURANÇA LTDA., o ilustre Pregoeiro atestou cabalmente a sua estrita conformidade aos termos do edital, constatando a integral conformidade às especificações do objeto. Enfim, contrariamente ao que alega a Recorrente, não há qualquer defeito na formulação da proposta vencedora, sendo certo que a mesma contempla o fornecimento de equipamentos tecnicamente adequados, está conforme à complexidade dos serviços, suas especificidades e os requisitos necessários à eficiente e adequada execução do objeto.

Assim, toda a discussão provocada pela Recorrente, em sua confusa peça, com relação a um suposto "defeito insanável", não faz o menor sentido lógico. A Recorrida apresentou a sua proposta em estrita conformidade às exigências descritas no item 4.1, item 4.2.1 e item 10.1 do edital, em tal oferta sendo contempladas todas as especificidades do objeto, todos os custos, exigências técnicas, previsões e retorno necessários à eficiente consecução dos serviços, nada havendo que possa infirmar a adequação desta proposta. Destarte, conclui-se que as alegações da Recorrente não têm meio ou forma de prosperar, motivo porque requer a Peticionária seja negado provimento ao recurso intentado.

V – DAS ALEGAÇÕES DE VIOLAÇÃO À ISONOMIA – NÃO COMPROVAÇÃO – DA PROPOSTA ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO – DA EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA PROPONENTE VENCEDORA – OFERTA PERFEITAMENTE ADEQUADA AO OBJETO PROPOSTO

Ilustre Pregoeiro,

Ao final de seu caótico recurso, a Recorrente tece longas considerações a respeito da suposta existência de "defeitos graves" que teriam sido desconsiderados por esta Autoridade Licitante, e que teria ocorrido lesão aos "princípios da isonomia e da impessoalidade". Mais uma vez, destila a empresa AZIZ INFORMÁTICA LTDA. acusações completamente despropositadas, que derruem por completo a partir de uma simples análise documental do processo.

Consoante exposto, a proposta ofertada por esta Recorrida está inteiramente adequada aos requisitos do edital, em compasso com as especificidades do objeto, abarcando a complexidade e o escopo pretendido, de acordo com as exigências mínimas estabelecidas para a correta e eficiente execução dos serviços.

A proposta da Peticionária é séria e idônea, nada havendo que possa infirmá-la. Aliás, muito pelo contrário, além de consubstanciar os preços mais vantajosos para esta respeitável Administração, em perfeita sintonia com os princípios emoldurados na legislação licitatória, é inegável que a Recorrida detém notória expertise no ramo da contratação almejada (monitoramento eletrônico 24 horas), atuando neste segmento já há praticamente 15 (quinze) anos.

Nessa senda, não se trata de empresa "aventureira" ou que lança ofertas no inescusável intuito de comprometer a competição. Ao reverso, a oferta apresentada encontra-se embasada em anos de experiência na área e conhecimento profundo dos preços praticados no mercado, donde se pode asseverar, sem maiores percalços, que se trata, certamente, da proposta economicamente mais vantajosa para esta Administração.

A empresa vencedora dispõe de patrimônio saudável, notória capacidade operacional, recursos técnicos e humanos suficientes e larga experiência na prestação de serviços desta natureza. Detém, ainda, uma reputação a zelar e está em dia com suas obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias. Mais do que isso, possui a licitante pleno conhecimento dos custos e condições impostos pelo mercado, diretrizes estas que orientaram integralmente a sua proposta.

Reitere-se: conforme documentação de proposta e documentação de habilitação recebidas e aprovadas por este ilustre Pregoeiro, comprovou-se que a oferta lançada pela Recorrida é séria, adequada e condizente com o objeto proposto, constituindo-se em contraprestação suficiente aos serviços a serem executados, nestes valores já contemplados tanto as especificidades técnicas dos equipamentos a serem ofertados, a complexidade dos serviços a serem desempenhados, os custos necessários à sua efetivação, quanto a margem de lucro ao final esperada pela empresa.

Portanto, não há dúvidas de que a oferta declarada vencedora consubstancia valores sérios e adequados à execução do objeto proposto, que os Atestados apresentados comprovam a execução anterior de serviços idênticos aos pretendidos, sendo também incontestado que a disputa do Pregão transcorreu sob a mais estrita legalidade, não havendo qualquer irregularidade em sua condução, tendo-se obtido, ao final, a proposta mais vantajosa a este egrégio Tribunal Regional Eleitoral, logrando-se o objetivo almejado quando da abertura do procedimento licitatório.

Por todas essas razões, enfim, e rechaçadas, uma a uma, as insubsistentes alegações da Recorrente, pugna a Peticionária seja negado provimento ao recurso intentado, mantendo-se incólume o legítimo resultado verificado em 25/09/2020.

VI – CONCLUSÃO E PEDIDOS

Conforme visto, tem-se escancarado o malicioso propósito da Recorrente de subverter a realidade dos fatos e, basicamente, tumultuar o certame, unicamente porque inconformada com o resultado final verificado no Pregão.

Aliás, todos os questionamentos apresentados em seu recurso, consoante se vê, são absolutamente carentes de sustentáculo fático ou probatório, não passando de uma desesperada tentativa de subverter o legítimo resultado da disputa. Dita conduta de má-fé da Recorrente não merece o beneplácito desta Autoridade Licitante, devendo ser prontamente rechaçada, em homenagem aos princípios que regem os procedimentos licitatórios (legalidade, julgamento objetivo, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia).

Enfim, reitera-se que a Recorrida, PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., declarada vencedora, não só atendeu a todas as exigências técnicas de habilitação e aos requisitos de apresentação da proposta, dispostos no edital convocatório, como também é a proponente detentora da oferta mais vantajosa para esta Administração.

Nesse cenário, requer-se o recebimento e acolhimento destas contrarrazões, para que, ao final, seja negado provimento ao inconsistente recurso manejado pela empresa Aziz Informática Ltda., mantendo-se o resultado final do certame, tal como aferido e ratificado pelo ilustre Pregoeiro Oficial deste egrégio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2020.

Ana Cristina Ottoni Pinto Ordones Pena
CPF 006.378.606-08
Diretora

Fechar